

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO ESPECIAL Nº 1.391.813 - MG (2013/0217429-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**RECORRENTE** : **SINDICATO DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA ESTADUAL FISCAIS E AGENTES FISCAIS DE TRIBUTOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - SINDIFISCO/MG**  
**ADVOGADOS** : **HUMBERTO LUCCHESI DE CARVALHO E OUTRO(S) - MG058317**  
**OTÁVIO AUGUSTO DAYRELL DE MOURA - MG081814**  
**RECORRIDO** : **ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PROCURADORE** : **CORNELIA TAVARES DE LANNA E OUTRO(S) - MG097355**  
**S**  
**MARIA CECÍLIA FERREIRA ALBRECHT - MG142977**

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 2/STJ. REJULGAMENTO. MATÉRIA DIRIMIDA NOS AUTOS. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

### **DECISÃO**

Trata-se de novo julgamento do recurso especial interposto pelo SINDICATO DOS FISCAIS E AGENTES FISCAIS DE TRIBUTOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - SINDIFISCO/MG em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ementado nos seguintes termos:

EMBARGOS INFRINGENTES - TEMPESTIVIDADE. GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À PRODUÇÃO INDIVIDUAL (GEPI) - NATUREZA DE ADICIONAL DE FUNÇÃO - INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - INADMISSIBILIDADE - VEDAÇÃO DO ART. 37, XIV DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1- É tempestivo o recurso interposto antes do julgamento de embargos declaratórios opostos contra a mesma decisão, uma vez que não há previsão legal em sentido contrário, nem mesmo exigindo a posterior ratificação do recurso. 2- A Gratificação de Estímulo à Produção Individual (GEPI) tem natureza jurídica de adicional de função e, como tal, não pode integrar a base de cálculo do adicional por tempo de serviço, sob pena de violação do disposto no art. 37, XIV da Constituição Federal.

Houve a oposição de embargos de declaração, os quais foram rejeitados pela Corte de origem, com a seguinte ementa:

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE OBSCURIDADE, OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO NO JULGADO - REJEIÇÃO. Inexistindo no acórdão embargado contradição, obscuridade ou omissão, na forma do art. 535, do CPC, impõe-se a rejeição do recurso de embargos de declaração.

Nas razões recursais, além de divergência jurisprudencial, o recorrente alega que houve violação do art. 538 do CPC, ao argumento de que os embargos infringentes são intempestivos, pois interpostos antes do julgamento dos embargos de declaração.

# Superior Tribunal de Justiça

Contrarrazões apresentadas.

O presente recurso foi parcialmente provido. Eis a ementa:

EMBARGOS INFRINGENTES INTERPOSTO NA PENDÊNCIA DE JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO. SÚMULA 418/STJ. APLICAÇÃO. ART. 538 DO CPC. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

Após negar provimento ao agravo interno, a Segunda Turma rejeitou os embargos de declaração.

Finalmente, houve provimento de embargos de divergência, "reconhecendo a necessidade de retorno dos autos à Segunda Turma para dar prosseguimento a análise do Recurso Especial". O julgado possui a seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO INTERPOSTO NA PENDÊNCIA DE APRECIÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ÓBICE DA SÚMULA 418/STJ. DESNECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DAS RAZÕES RECURSAIS EM CASO DE NÃO ALTERAÇÃO DA CONCLUSÃO DO JULGADO, COMO NO CASO. QUESTÃO DE ORDEM NO RESP 1.129.215/DF. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS PROVIDO.

1. A Corte Especial deste STJ, na Questão de Ordem no REsp. 1.129.215/DF (Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 14.12.2015), reexaminou o enunciado da Súmula 418/STJ, interpretando que somente é exigível a ratificação das razões do recurso quando houver alteração na conclusão do julgado em sede de Embargos Declaratórios, o que não ocorreu na hipótese em apreço.

2. Embargos de Divergência do ESTADO DE MINAS GERAIS provido, reconhecendo a necessidade de retorno dos autos à Segunda Turma para dar prosseguimento a análise do Recurso Especial.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 2/STJ:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Com o provimento dos embargos de divergência, a matéria submetida a este Tribunal Superior em recurso especial está completamente dirimida.

Ou seja, não é intempestivo o recurso na origem - consoante marcado pela Corte Especial nos embargos de divergência:

Quanto à necessidade de ratificação posterior da Apelação interposta antes do julgamento dos Embargos de Declaração, a Corte Especial do STJ firmou o entendimento de que o enunciado da Súmula 418/STJ deve ser interpretado conforme os princípios da celeridade, da razoabilidade e do amplo acesso à Justiça, de modo que o ônus da ratificação do Recurso interposto na pendência de Embargos - chamado recurso prematuro - somente se dá quando houver alteração na conclusão do julgamento anterior (Questão de Ordem no REsp. 1.129.215/DF, DJe 3.11.2015).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nem é possível arredar a sanção processual aplicada - consoante ficou definido em juízo monocrático:

A análise da petição dos embargos opostos na origem revela, contudo, que a pretensão da parte foi a de alterar o resultado do *decisum*, distanciando-se da busca de prévio questionamento. [...] Em razão disso, a recalcitrância infundada, que apenas se prestou ao retardamento da eficácia de provimento jurisdicional desfavorável à parte, como evidência do caráter eminentemente protelatório do recurso, implicou cominação da multa do art. 538, parágrafo único, do CPC, a qual não pode ser arredada.

Consectariamente, nos termos do que já julgado, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**Relator**